

Procuradoria e Assessoria Jurídica

PARECER JURÍDICO

Ref.: Projeto de Lei nº 094, de 31 de agosto de 2015.

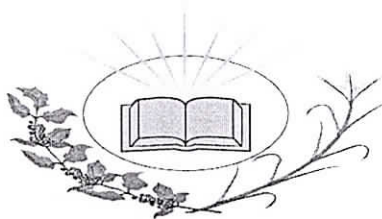
Foi encaminhado à Procuradoria Jurídica da Câmara Municipal de Catalão o Projeto de Lei nº 094/2015, de autoria do Prefeito Municipal de Catalão-GO, o qual: *“Dispõe sobre Alteração da Lei nº 3.276 de 19 de junho de 2015 da Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO, para o exercício de 2016.”*

Inicialmente, ressalta-se que a Lei de Diretrizes Orçamentárias, ou simplesmente LDO, prioriza as metas do Plano Plurianual – PPA – e orienta a elaboração do Orçamento Anual – LOA. Ou seja, a LDO determina quais metas da Administração previstas no PPA deverão ser cumpridas no exercício financeiro subsequente, e a LOA, obrigatoriamente, deverá conter as despesas necessárias para o cumprimento das metas previstas na LDO.

Para adequar ao orçamento do exercício de 2016, o Prefeito Municipal enviou a esta Câmara Municipal, também, projeto de lei que propõe alterações às metas do Plano Plurianual – PPA para os exercícios 2014 a 2017. Como a LDO tem que estar adequada ao PPA, é perfeitamente possível a propositura das presentes alterações, com fim de uniformizar as leis orçamentárias municipais.

Saliente-se que a presente proposição, para aprovação, necessitará de votos favoráveis da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal, conforme previsão do art. 127, § 1º, “c”, do Regimento Interno.

Ressaltadas as considerações acima, passa-se à análise da iniciativa da proposição, bem como de sua regimentalidade, constitucionalidade e legalidade.



Procuradoria e Assessoria Jurídica

A iniciativa é legítima, pois a proposição trata dos interesses locais do Município, matéria de sua competência prevista no art. 30, I, da CF/88 c/c art. 8º, I e art. 14, III, art. 17, § 2º, art. 44, VIII, “b”, art. 60, II, da Lei Orgânica do Município de Catalão (GO).

Ademais, o Prefeito é que tem competência para enviar à Câmara de Vereadores o projeto da LDO até oito meses e meio antes do encerramento do primeiro período da sessão legislativa, como estabelecido no inciso II, § 2º do art. 35 do ADCT. Portanto, qualquer alteração proposta à LDO também deve ser de iniciativa do Prefeito Municipal.

Quanto à regimentalidade, não se vislumbra nenhum vício capaz de impedir o prosseguimento da proposição, uma vez que a mesma está em consonância com o art. 93, § 1º, “c”, c/c art. 98, § 1º, IV, do Regimento Interno da Câmara Municipal.

Quanto à constitucionalidade, o projeto de lei preenche o requisito, na medida em que está em consonância com o conteúdo material da Constituição e outras normas constitucionais concernentes ao processo legislativo. Vejamos:

Os elementos que compõem a LDO encontram-se elencados no art. 165, inciso II e § 2º, da Constituição Federal, a saber:

“Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

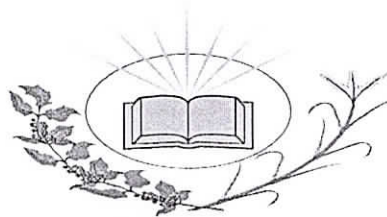
I - o plano plurianual;

II - as diretrizes orçamentárias;

III - os orçamentos anuais.

[...]

§ 2º - A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subseqüente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.”



Procuradoria e Assessoria Jurídica

Pode a Câmara de Vereadores, com o propósito de aperfeiçoar o Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias, apresentar emendas, desde que compatíveis com o plano plurianual, como prescrito, impositivamente, pelo § 4º do art. 166 da Constituição Federal.

Verifica-se também que o projeto de LDO foi enviado à Câmara Municipal no prazo legal, por quem possui exclusividade de iniciativa (chefe do Poder Executivo). Além disso, o projeto dispõe sobre toda a matéria exigida na Constituição, estando, pois, apto a ser submetido à apreciação do Plenário e aprovado, se for o caso, devendo então ser devolvido ao Executivo para sanção.

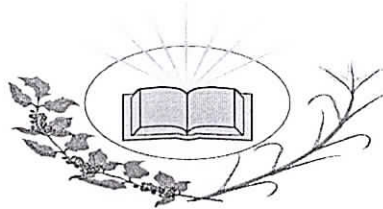
Saliente-se a importância dos nobres edis analisarem com atenção os anexos, constantes do projeto de lei. São eles que definem as metas fiscais da Administração Pública Municipal para o exercício financeiro de 2016, bem como trazem um relatório do cumprimento de tais metas e do comportamento da receita pública do Município.

Já quanto à legalidade e juridicidade do projeto de lei, não se vislumbra nenhuma ofensa ao ordenamento jurídico vigente, seja no âmbito municipal, estadual ou federal.

De início, tem-se que o projeto de alterações à Lei de Diretrizes Orçamentárias sob análise está em harmonia com as alterações propostas ao Plano Plurianual, ou seja, as metas que o projeto de LDO prevê para cumprimento no exercício financeiro a que se refere estão previstas no Plano Plurianual.

Além disso, tem-se que o projeto de alterações à LDO atende os requisitos impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000), especialmente o art. 4º da norma federal, que disciplina a elaboração da LDO.

Na síntese de tal dispositivo legal formulada pelo brilhante Hely Lopes Meirelles, a LDO “*deverá dispor sobre o equilíbrio entre receitas e despesas, critérios e forma de limitação de empenho nas hipóteses legais, normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos e demais condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas.*”



Procuradoria e Assessoria Jurídica

Em suma, tem-se que o projeto de alterações à Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO – sob análise é provido de juridicidade e constitucionalidade.

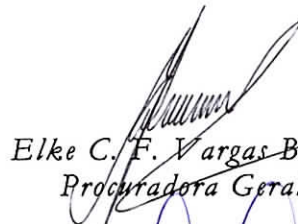
Conclusão:

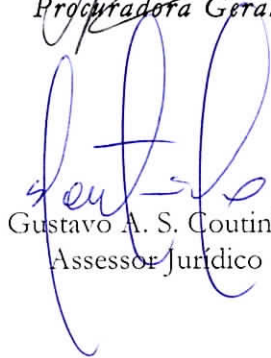
Diante do exposto, após análise, CONSTATAMOS A CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE DO PROJETO E NOS MANIFESTAMOS PELA SUA REGULAR APRECIÇÃO E VOTAÇÃO.

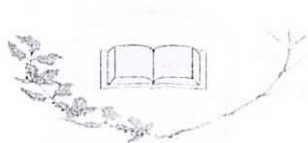
SMJ,

É o parecer.

Catalão (GO), 14 de setembro de 2015.


Elke C. F. Vargas Baêta
Procuradora Geral


Gustavo A. S. Coutinho
Assessor Jurídico



Município de Catalão – Goiás

PODER LEGISLATIVO

Comissão de Constituição, Legislação e Redação

PARECER

VOTO DO RELATOR

RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº. 094, de 31 de agosto de 2015, de autoria do Prefeito Municipal, *“Dispõe sobre Alteração da Lei nº 3.276 de 19 de junho de 2015 da Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO, para o exercício de 2016.”*

Vem a proposição de Lei à Comissão de Constituição, Legislação e Redação para emissão de parecer, como previsto no art. 26. *caput* e §2º do Regimento Interno desta Câmara Municipal

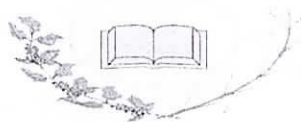
Nos termos do regimento interno desta Câmara Municipal, foi solicitado ao relator a expedição de seu parecer fundamentado e voto.

É o relatório.

Tudo visto e examinado, passa-se à fundamentação do parecer e voto.

FUNDAMENTAÇÃO E VOTO

Digna Comissão de Constituição, Legislação e Redação,



Município de Catalão – Goiás

PODER LEGISLATIVO

Comissão de Constituição, Legislação e Redação

O projeto de lei sob exame trata das diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2016, às quais se propõe alterações para torna-las compatíveis com o Plano Plurianual 2014-2017 – PPA, ao qual também se propôs alterações e cujas novas metas foram incluídas na Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2016, a qual ainda está sob análise dos membros da Câmara Municipal de Catalão, tudo para harmonizar o orçamento municipal.

Em seu conteúdo, tal instrumento orçamentário (a Lei de Diretrizes Orçamentárias, ou simplesmente LDO), prioriza as metas do Plano Plurianual – PPA – e orienta a elaboração do Orçamento Anual – LOA. Ou seja, a LDO determina quais metas da Administração previstas no PPA deverão ser cumpridas no exercício financeiro subsequente, e a LOA, obrigatoriamente, deverá conter as despesas necessárias para o cumprimento das metas previstas na LDO.

Os elementos que compõem a LDO encontram-se elencados no art. 165, inciso II e § 2º, da Constituição Federal, a saber:

“Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão.

[...]

II - as diretrizes orçamentárias;

[...]

§ 2º - A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá



Município de Catalão – Goiás

PODER LEGISLATIVO

Comissão de Constituição, Legislação e Redação

sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento."

De início, tem-se que o projeto de alterações da Lei de Diretrizes Orçamentárias sob análise está em harmonia com o Plano Plurianual, ou seja, as metas que o projeto de LDO prevê para cumprimento no exercício financeiro a que se refere estão previstas no Plano Plurianual que também sofreu alterações.

Além disso, tem-se que o projeto de LDO atende os requisitos impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000).

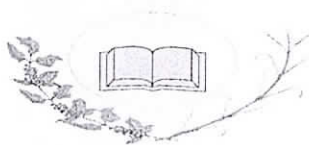
Diante disso, o projeto em análise atende a todas as disposições constitucionais e legais que tratam especificamente deste instrumento orçamentário.

Antes de tratar da análise da regimentalidade, constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, necessário proceder à análise da iniciativa do autor, tendo em vista que esta questão pode interferir na tramitação da proposição.

A iniciativa é legítima, pois a proposição trata dos interesses locais do Município, matéria de sua competência prevista no art. 30, I, da CF/88 c/c art. 8º, I da Lei Orgânica do Município de Catalão (GO). Portanto, legal a iniciativa do autor.

Quanto à regimentalidade, não se vislumbra nenhum vício capaz de impedir o seu prosseguimento, uma vez que o Projeto de Lei está em consonância com o art. 93, § 1º, alínea "c" e § 2º c/c art. 98, caput, § 1º, inciso IV do Regimento Interno da Câmara Municipal.

Quanto à constitucionalidade, o projeto de lei preenche o requisito, na medida em que está em conformidade com o art. 30, I da Constituição Federal, com



Município de Catalão – Goiás

PODER LEGISLATIVO

Comissão de Constituição, Legislação e Redação

o conteúdo material da mesma e outras normas constitucionais concernentes ao processo legislativo.

Quanto à legalidade do projeto, não se vislumbra nenhuma ofensa ao ordenamento jurídico vigente, seja no âmbito municipal, estadual ou federal.

Quanto à técnica legislativa, nenhum reparo a fazer.

CONCLUSÃO

Ante o exposto, manifesta-se pela REGULAR TRAMITAÇÃO E POSTERIOR VOTAÇÃO, do Projeto de Lei nº 094/2015.

Catalão (GO), 14 de setembro de 2015.

Silvano Batista da Silva
Relator



Município de Catalão – Goiás

PODER LEGISLATIVO

Comissão de Constituição, Legislação e Redação

PARECER

VOTO DO PRESIDENTE

Acompanho e sou favorável ao voto do relator.

Valmir Pires Rosa
Presidente

VOTO DO VOGAL

Acompanho e sou favorável ao voto do relator.

Gilmar Antônio Neto
Vogal



MUNICÍPIO DE CATALÃO
ESTADO DE GOIÁS

PODER LEGISLATIVO
Comissão de Orçamento, Finanças e Fiscalização Financeira

**PARECER DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E FISCALIZAÇÃO
FINANCEIRA**

VOTO DO RELATOR

RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº. 094, de 31 de agosto de 2015, de autoria do Prefeito Municipal, "*Dispõe sobre Alteração da Lei nº 3.276 de 19 de junho de 2015 da Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO, para o exercício de 2016.*"

Vem a proposição de Lei à Comissão de Orçamento, Finanças e Fiscalização Financeira para emissão de parecer, como previsto no art. 27. II e Parágrafo Único, do Regimento Interno desta Câmara Municipal.

Nos termos do regimento interno desta Câmara Municipal, foi solicitado ao relator a expedição de seu parecer fundamentado e voto.

É o relatório.

Tudo visto e examinado, passa-se à fundamentação do parecer e voto.

FUNDAMENTAÇÃO E VOTO

Digna Comissão de Orçamento, Finanças e Fiscalização Financeira,



MUNICÍPIO DE CATALÃO
ESTADO DE GOIÁS

PODER LEGISLATIVO
Comissão de Orçamento, Finanças e Fiscalização Financeira

O projeto de lei sob exame é um instrumento de planejamento de curto prazo, que deve ser elaborado em harmonia com o Plano Plurianual (PPA) e orienta a elaboração da Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro subsequente.

Como foram propostas alterações ao PPA, com inclusão de novas metas cujas despesas vinculadas já estarão na LOA de 2016, ainda sob análise, necessário se faz a adequação do conteúdo da LDO com o novo PPA, objeto desta proposição.

A LDO é instrumento orçamentário que estabelece metas e prioridades da administração, incluindo despesas de capital, para o exercício financeiro a que se refere, além de dispor sobre eventuais alterações da legislação tributária do município, dívida pública e despesas com pessoal.

Portanto, ao analisar o projeto de lei em exame, tem-se que o mesmo atende a todas essas condições.

Cogente mencionar que a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000) impôs ao titular da iniciativa da Lei de Diretrizes Orçamentárias fazê-la acompanhar pelos anexos de riscos fiscais e de metas fiscais, este último composto por demonstrativos das metas de receitas e despesas para o exercício financeiro a que se refere e os dois seguintes, das metas anuais dos três últimos exercícios, da evolução do patrimônio líquido nos três últimos exercícios e da avaliação do cumprimento de metas do exercício anterior.

O projeto de LDO original veio acompanhado pelos anexos e demonstrativos impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, fazendo referência aos mesmos em seu art. 47. As alterações que ora se propõem não tem o condão de revogar totalmente aquele diploma legal, mas tão somente adequá-lo ao PPA.



MUNICÍPIO DE CATALÃO
ESTADO DE GOIÁS

PODER LEGISLATIVO
Comissão de Orçamento, Finanças e Fiscalização Financeira

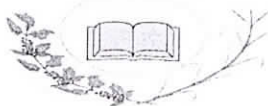
Diante disso, tem-se que o projeto em análise atende a todas as disposições constitucionais e legais que tratam especificamente deste instrumento orçamentário.

CONCLUSÃO

Ante o exposto, manifesta-se pela REGULAR TRAMITAÇÃO E POSTERIOR VOTAÇÃO, do Projeto de Lei nº 094/2015.

Catalão (GO), 14 de setembro de 2015.

Vereador Valmir Pires Rosa
Relator



MUNICÍPIO DE CATALÃO
ESTADO DE GOIÁS

PODER LEGISLATIVO
Comissão de Orçamento, Finanças e Fiscalização Financeira

VOTO DO PRESIDENTE

Acompanho e sou favorável ao voto do relator.

Vereador **Silvano Batista da Silva**
Presidente

VOTO DO VOGAL

Acompanho e sou favorável ao voto do relator.

Vereador **Vandeval Florisbello de Aquino**
Vogal